

Sumário

| | |
|--|------------|
| Prefácio | VII |
| Apresentação | IX |
| Introdução | 1 |
| 1 O Regime Jurídico do Direito Fundamental à Livre Iniciativa | 5 |
| 1.1 Livre iniciativa, Ordem Econômica e Auto-organização dos Agentes Econômicos..... | 6 |
| 1.2 Declaração dos Direitos de Liberdade Econômica (Lei 13.874/2019) | 17 |
| 1.3 O que (não) é um direito fundamental..... | 22 |
| 1.4 O Direito Fundamental à Livre Iniciativa..... | 32 |
| 2 Planejamento Tributário e o Direito a Economia de Tributos | 39 |
| 2.1 Planejamento tributário e propósito negocial: conceitos e estruturas..... | 40 |
| 2.2 O propósito negocial na visão do CARF..... | 47 |
| 2.2.1 O Julgamento do caso Banco SOFISA: definitivamente um novo paradigma | 49 |
| 2.3 Existe um “direito” a economia de tributos? | 53 |
| 3 Terceirização Estratégica, Otimização dos Regimes de Tributação e a Utilização do Sistema de Creditamento | 59 |
| 3.1 Regimes de Tributação: Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real | 59 |

| | |
|--|-----------|
| 3.1.1 Simples Nacional | 61 |
| 3.1.2 Lucro Presumido | 62 |
| 3.1.3 Lucro Real..... | 64 |
| 3.2 A Terceirização na Visão do STF: ADPF 324 e RE 958.252, o rompimento do paradigma da restrição..... | 68 |
| 3.3 A Regulamentação da Terceirização: o novo espectro pós Lei 13.429/2017 e Lei 13.467/2017. | 73 |
| 3.4 A Terceirização Estratégica como Elemento de Planejamento Tributário..... | 77 |
| Referências Bibliográficas..... | 89 |